

C/C:

Assunto: Utilização de Transporte Público

Cumpre-me informar V. Ex^a, de que, nesta data, pelas 09h00, quando me dirigia para este D.I.C., no transporte público da T.S.T., urbana-Setúbal, à semelhança do que vinha a acontecer ocasionalmente, fui impedido pelo motorista de seguir viagem, alegando que o Livre Transitio desta Polícia não era válido como título de transporte.

De imediato o signatário facultou ao motorista o nome e n.º de funcionário, tendo este, após receber instruções da empresa, se recusado a seguir marcha.

Pelo facto do signatário não se encontrar prevenido para comprar o título a bordo, e para que os passageiros não fossem prejudicados pelo atraso que se estava a verificar, optou este por abandonar aquele transporte.

Face ao exposto solicito a V. Ex^a, que, com a brevidade possível, se digne esclarecer o signatário sobre qual o entendimento e procedimento neste tipo de situações, sobretudo atendendo a que ainda hoje e nos dias subsequentes a situação se irá repetir nas deslocações do signatário da residência para o local de trabalho e regresso, solicitando desse modo que seja notificado sobre o despacho que V. Ex^a, entenda exarar sobre a presente situação.

Despacho

DESPACHO

Deveria ser já do conhecimento do Exmo. Inspector signatário da "Informação de Serviço" em anexo, que desde o ano de 2008 e conforme publicações nas Ordens de Serviços n.ºs 5 e 12, respetivamente, de 24 de Janeiro e 12 de Março de 2008, o cartão de livre trânsito deixou de ser um título válido de transporte, como tal.

Foram todos os funcionários alertados para a situação, tendo sido levado a cabo o levantamento das necessidades de transporte de todos os funcionários deste Departamento de Investigação Criminal.

Assim, não assiste qualquer razão ao signatário, que deveria ter procedido à aquisição do título de transporte, cujo valor lhe seria reembolsado por estes Serviços.

Deverá o Senhor Inspector dirigir-se ao Serviço de Contabilidade, a fim de proceder à requisição do título de transporte necessário às deslocações entre o local de trabalho e a residência.

Dê-se conhecimento.

27 de Maio de 2013

	Efectivo 2013				Coordenadores						Inspectores Chefes				Inspectores			
	Inspectores	Outros	CSI	CSI Faltam	Nº Secopfes	CIC	CIC Acum	IC Coord	Faltam	Brigadas	IC	IC Acum	INSP e chefes	Brig	Ideal	Minimo	Faltam	
Efectivo 2013	45	8							1	7	5	2		7	45	7		
Braga	18	2			1			1		2				2	18	3	Vila Real	
Vila Real	192	32	1	1	10	7	1	3	27	20	3	4	27	192	8	8	D Norte	
D Norte	31	5			2			1	5	3	1	1	5	31	3	3	Aveiro	
Aveiro	24	4			1	1			5	3	2		5	24	5	5	Guarda	
Guarda	72	14		1	6	3	1	2	12	8	2	1	12	72	9	9	D Centro	
D Centro	36	8		1	3			1	6	4			6	36	8	8	Leiria	
Leiria	146	27			9	6	2	1	22	19	3	3	22	146	12	12	DLVT	
DLVT	71	10		1	5	2	1	3	12	7		4	12	71	10	10	UNCT	
UNCT	63	13		1	5	2	1	2	10	7		2	10	63	4	4	UNCTE	
UNCTE	103	12		1	6	3	2	1	16	8	2	6	16	103	12	12	UNCC	
UNCC	46	8			4	1			9	5		3	9	46	7	7	Setúbal	
Setúbal	55	8		1	5		3	5	10	5	1	2	10	55	4	4	D Sul	
D Sul	24	4			1				4	3		1	4	24			Portimão	
Portimão	27	3			1				3	2		1	3	27			Funchal	
Funchal	29	5			1				4	2		2	4	29			Pdelgada	
Pdelgada	38	6			2			2	6	3			6	38	8	8	UIIC	
UIIC	30	6	2						5	3	2		5	45			UCI	
UCI	40	6			2	2			3	3		1	5	45			UPAT	
UPAT	15	3			2	1		1	4	1			4	24			UIF	
UIF	4	1			1			1	1	1			1	4	0	0	GRA	
GRA	10	3	1						1	1			1	10	0	0	EPJ	
EPJ	1119	188		7		28		24		113				1148	100	100		



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**



Membro fundador do

Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia

Organização Não Governamental no Conselho da Europa

ASFIC/PJ

Caracterização do défice de Especialistas-Adjuntos de Criminalística

Nas sociedades modernas a capacidade de sobrevivência das Instituições passa pela interpretação atempada dos indicadores de mutação, de forma a desenvolverem, atempadamente, mecanismos que lhes permita efetuar as mudanças adequadas aos novos desafios que se lhes apresentam.

A investigação criminal como parte de um dos pilares, mais importantes, de uma sociedade moderna, que é a justiça, tem, cada vez mais, de se adaptar de forma célere aos desafios que os novos fenómenos criminais apresentam, complexos e de cariz global emanados de sociedades em mudança permanente.

Como suporte da prova material, a Criminalística desde sempre, foi e é, a área das ciências forenses que mais próximo trabalha dos investigadores criminais.

Nas últimas décadas a evolução que ocorreu no mundo das ciências forenses permitiu à Criminalística modernizar-se e tornar-se uma actividade cada vez mais exigente a nível do saber, e que possibilita a produção, de forma célere, de prova material permitindo aos investigadores criminais executar as suas investigações de uma forma mais segura e sustentada materialmente.

Se até há algumas décadas atrás a Criminalística estava limitada aquilo que a lofoscopia (da identificação humana através das impressões digitais) podia produzir, atualmente com o elevado potencial de ciência aplicada, emergem diversas valências da mesma: além da lofoscopia, a interpretação de cariz científico dos acontecimentos ocorridos no local de crime, até á identificação de pessoas a partir dos seus traços antropométricos, através da utilização de tecnologia de ponta.

Esta época moderna da criminalística permite a seleção adequada nos locais de crime dos vestígios com maior potencial probatório possibilitando a recolha de menor quantidade de material para perícia, trazendo ganhos a nível monetário e temporal, a identificação humana a partir de diversos métodos científicos, tais como as impressões digitais, a comparação facial, etc. e a utilização de bases de dados de identificação humana, cada vez mais ricos e com uma também cada vez maior troca de informação "online" a nível internacional. Acrescem as determinações da União Europeia no que concerne à acreditação e standardização de metodologias a nível de trabalho no seio das ciências forenses, que são de carácter irreversível e de implementação até 2020 e que trarão novos desafios de natureza organizativa e operacional.

Face à quantidade de valências atualmente associadas à Criminalística e à especificidade do trabalho a executar com uma elevada proximidade a nível de exigência da restante estrutura da investigação criminal, torna-se imperioso que os funcionários a recrutar para esta área das ciências forenses sejam jovens e com uma bagagem significativa a nível da ciência natural, de forma a sustentar adequadamente a qualidade do trabalho de uma estrutura de vital importância para um Corpo Superior de Investigação Criminal.

No entanto se os recursos a nível organizacional e material são condizentes com uma estrutura de criminalística de um Corpo Superior de Investigação Criminal, já no que concerne aos **recursos de natureza humana, os mesmos são manifestamente escassos e já de uma idade relativamente elevada para o cabal exercício da função.**

Esta **escassez de recursos humanos** levou a que, neste últimos três anos, **quando da passagem à reforma de alguns funcionários, os mesmos não fossem substituídos ficando os seus lugares em aberto,** como por exemplo na Madeira, Leiria, Setúbal, Coimbra, etc.

Acresce a curto prazo a **passagem à reforma de mais alguns funcionários como em Portimão e na Guarda,** o que irá desgarnecer cada vez mais a qualidade do trabalho da estrutura de criminalística a nível nacional.

É importante também referir que apesar da importância que a Criminalística tem em qualquer Corpo Superior de Investigação Criminal **o último concurso de ingresso na categoria de Especialista Adjunto de Criminalística para funcionários que posteriormente vieram a desempenhar funções da Área de Criminalística aconteceu em Junho de 2001, há 12 anos**

Deste então a estrutura de Criminalística apenas recebeu mais funcionários a partir de uma **reclassificação por concurso interno da PJ ocorrida em Novembro de 2007.** No entanto a oportunidade não foi devidamente aproveitada a nível operacional, tendo sido recrutados elementos com uma idade já bastante elevada e com pouca apetência para a função. Demonstrativo desse facto, alguns funcionários desse concurso já se reformaram, outros que se encontram nas proximidades da reforma e ainda outros que por motivos de saúde já não executam as funções na sua plenitude.

Em resumo atualmente, na Área de Criminalística da PJ, existem 83 funcionários com uma média de idades superior a 45 anos, distribuídos por todas as estruturas de investigação criminal da Polícia Judiciária a nível nacional.

Tendo em consideração o conteúdo do presente documento e as necessidades que a importância da Criminalística tem num Corpo Superior de Investigação Criminal a que acresce o novo desafio de um novo Laboratório de Polícia Científica, que se devidamente aproveitada a oportunidade, permitirá à PJ dar um salto qualitativo significativo no que concerne às potencialidades de apoio das ciências forenses à investigação criminal, **julga-se ser de extrema premência a abertura de um concurso externo que permita a entrada de aproximadamente 50 novos funcionários, de um escalão etário que se situe entre os 21 e 30 anos, para a Área de Criminalística da Polícia Judiciária.**

Para uma cabal explanação dos factos juntam-se em anexo algumas tabelas com os dados indicadores da realidade da criminalística, a nível nacional, no que concerne aos seus recursos humanos.

Criminalística	Total Funcionários	Média de idade	Funcionários Escalados/dia	Modo de escalas	Média anual escalas	Modo de prestação	Compensação	Outras funções
Vila Real	2	33 anos	1 (50%)	Prevenção	182 dias de prevenção	Com 2 inspectores	Não gozam folgas. Só pagam prevenção activa a passiva não.	Sim. Buscas, reconstituições, guarda e acompanhamento de detidos, transporte inquéritos e material apreendido
Braga	4	46 anos	1 (25%)	Prevenção	91 dias de prevenção	Com 1 inspector em regra	2 dias de folga por semana de prevenção	Sim, todas as subsequentes à inspecção, buscas e vigilâncias
Porto	13	45 anos	2 (15%)	Piquete	60 dias de piquete	Com 2 inspectores	Regulamento	Sim. Buscas e por vezes outras subsequentes à inspecção
Aveiro	2	40 anos	1 (50%)	Prevenção	182 dias de prevenção	Com 2 inspectores	Regulamento.	Não
Coimbra	4	45 anos	1 (25%)	Piquete mitigado Presencial 8h30 – 20h00	91 dias de piquete	Com 1 inspector em regra	Subsidio de piquete. Aplicam as folgas do regulamento da prevenção	Sim, todas as subsequentes à inspecção
Guarda	2	53 anos	1 (50%)	Prevenção	182 dias de prevenção	Com 2 inspectores	Regulamento com as contingências da escassez de pessoal	Sim, todas as subsequentes à inspecção, buscas e vigilâncias
Leiria	3	39 anos	1 (33%)	Prevenção	126 dias de prevenção	Com 1 inspector	Regulamento com as contingências da escassez de pessoal	Sim, todas as subsequentes à inspecção, buscas e vigilâncias
Lisboa Cena de Crime	16	42 anos	6 (37,5%)	Piquete Prevenção	50 dias piquete e 91 dias de prevenção	Com 2 inspectores	Regulamento com as contingências da escassez de pessoal	Sim. Buscas e outras subsequentes à inspecção. Ministrar formação
Lisboa Id. Judiciária	21	48 anos	2 (10%)	Piquete	60 dias piquete	-	Regulamento	Não
Setúbal	3	44 anos	1 (33%)	Prevenção	122 dias de prevenção	Com 1 inspector	Regulamento com as contingências da escassez de pessoal	Sim, todas as subsequentes à inspecção
Portimão	3	46 anos	1 (33%)	Prevenção	182 dias de prevenção	Com 1 inspector	2 dias de folga por semana	Sim, todas as subsequentes à inspecção
Faro	4	46 anos	1 (25%)	Piquete mitigado Presencial 8h30 – 20h00	91 dias de piquete	Com 1 inspector em regra	Subsidio piquete Duas folgas quando faz fim de semana	Sim, todas as subsequentes à inspecção
Funchal	2	36 anos	1 (50%)	Prevenção	182 dias de prevenção	Com 1 inspector	1 dia de folga por semana de prevenção	Sim se necessário
Ponta Delgada	3	47 anos	1 (33%)	Prevenção semana Piquete mitigado ao fim de semana Presencial 8h30 – 22h00	40 dias piquete e 83 dias de prevenção	Com 2 inspectores Nas outras ilhas não vão são os inspectores que fazem o trabalho da criminalística	7 dias de folga a cada 3 meses com as contingências da escassez de pessoal	Não.
Angra do Heroísmo	1	42 anos	1 (100%)	Não está regulada	339 dias de prevenção	Com 1 inspector unico	5 dias de folga a cada 4 meses	Sim todas pois só há 1 inspector

Perspectiva do total de funcionários colocados na criminalística e a sua média de idades

